

## A Universidade de São Paulo durante o regime autoritário

Comissão da Verdade USP

### FICHA INDIVIDUAL

Pesquisador: Roberta Astolfi

*\*Apresentar em todas as entradas referência a documento e/ou fontes bibliográficas, inclusive testemunhos, se houver.*

#### I. Dados Pessoais

Nome:	Sinval Freitas Medina
Nasc./Morte:	28/02/1943
Curso:	Departamento de jornalismo e editoração
Unidade:	ECA
Vínculo:	Professor
Data matrícula/contrato:	Portaria de 9/08/1971 por parte do diretor Antônio Guimarães Ferri, designa Sinval Freitas Medina para exercer funções de docente voluntário no departamento de jornalismo e editoração. Datado de 29 de outubro de 1971 outro ofício do diretor Ferri pedindo a contratação de Medina como “auxiliar de ensino”, com regime de turno parcial e salário correspondente a MS-1. O contrato é assinado em 04/02/1972 e publicado no DO em 5/02/1972. Já em março de 1972 Ferri solicita modificação do regime de contratação de Medina para dedicação integral o que será deferido e cuja decisão será publicada no DO em 25/07/1972.
N processo USP	71.1.19256.1.1 (contrato docente) 72.1.27491.1.7 (Afastamento) – NADA RELEVANTE 73.1.1000.1.7 (contagem de tempo) - NADA RELEVANTE
BMN	Nada consta

#### II. Perseguição

**O perseguido, de acordo com a documentação ou depoimento, atuou como:**

Simpatizante de ideias consideradas de esquerda ou em desacordo com a ordem vigente ( x )  
Filiado a uma organização de esquerda ( ) Qual?

## A Universidade de São Paulo durante o regime autoritário

Comissão da Verdade USP

Processado como membro de organização de esquerda ( ) Qual?

Origem da informação:

Depoimento ( ) Documento ( x )

**Há indícios de que a perseguição na Universidade tem origem em interesses pessoais/profissionais?**

---

### Eventos ocorridos e formas de perseguição

Tipo		Data	Fontes documentais
Morto			
Desaparecido			
Abandono de curso/função			
Aposentado			
Contratação barrada			
Problemas com renovação de contrato			
Demitido	x	15/04/1975	Processo contratação docente
Torturado			
Preso			
Jubilado			
Outro ( <i>especificar</i> )			

## A Universidade de São Paulo durante o regime autoritário

Comissão da Verdade USP

### Instrumentos legais utilizados:

	Data	Fonte
Investigação pela "Comissão Especial", 1964 ("lista negra" de Gama e Silva)		
Atingido pelo Decreto-Lei 477/1968		
Investigado por Inquérito Policial Militar (IPM)		
Cassado/Aposentado com base Ato Institucional ou Ato Contrário à moral ou à ordem pública		
Outro ( <i>especificar</i> )	15/04/1975	Processo USP contrato docente. Foi reprovado no exame de qualificação e teve o contrato interrompido.

### III. Os documentos e as fontes analisadas revelam relação com outros membros da Universidade? Listar abaixo.

---

### IV. O perseguido recebeu algum tipo de apoio de algum membro da Universidade?

**Apoio institucional:** Quando Medina solicita reconstrução com base na emenda constitucional, uma comissão composta por José Coelho Sobrinho, Tupã Gomes Corrêa e José Carlos Rocha de Carvalho, foi enfaticamente favorável ao pedido de Medina

#### **Apoio pessoal:**

Um grupo de militantes estudantis trotskistas e três professores se demitiram em solidariedade a Medina, alegando que a banca de mestrado teria adotado critérios políticos. Os professores foram Cremilda Medina (esposa de Sinval), Paulo Roberto Leandro e o chefe do departamento, Walter Sampaio. (CANCIAN, 2008) A informação sobre os três professores que se demitiram em protesto é corroborada no memorial do concurso de professor titular da professora Cremilda Medina, esposa de Sinval (MEDINA, 1993).

### VI.a. Há informação sobre perpetradores? Ex.: Houve comissão processante? Quem eram os integrantes.

## A Universidade de São Paulo durante o regime autoritário

Comissão da Verdade USP

### **V. Narrativa (até duas páginas, citando documentos e fontes):**

Em 1975 ocupava a diretoria da ECA Manuel Nunes Dias, anteriormente chefe do departamento de história. Nunes Dias era considerado por boa parte dos alunos um agente alinhado com a ditadura. Na prova de qualificação de mestrado, o professor do curso de jornalismo Sinval Freitas Medina foi reprovado e perdeu seu contrato com a ECA, o que foi considerado pelos alunos e alguns professores um ato de perseguição política. (ADUSP, outubro de 2004)

Um grupo de militantes estudantis trotskistas e três professores se demitiram em solidariedade a Medina, alegando que a banca de mestrado teria adotado critérios políticos. Os professores foram Cremilda Medina (esposa de Sinval), Paulo Roberto Leandro e o chefe do departamento, Walter Sampaio. (CANCIAN, 2008)

A informação sobre os três professores que se demitiram em protesto é corroborada no memorial do concurso de professor titular da professora Cremilda Medina, esposa de Sinval.

[Sua esposa Cremilda voltou a dar aulas na ECA, no seu memorial de livre docência consta que o primeiro período foi de 1971-75. Só voltará a dar aulas em 1986. Devemos fazer uma ficha para ela].

Portaria de 9/08/1971 por parte do diretor Antonio Guimarães Ferri, designa Sinval Freitas Medina para exercer funções de docente voluntário no departamento de jornalismo e editoração. Datado de 29 de outubro de 1971 outro ofício do diretor Ferri pedindo a contratação de Medina como auxiliar de ensino, com regime de turno parcial e salário correspondente a MS-1. O contrato é assinado em 04/02/1972 e publicado no DO em 5/02/1972. Já em março de 1972 Ferri solicita modificação do regime de contratação de Medina para dedicação integral o que será deferido e cuja decisão será publicada no DO em 25/07/1972. Medina entra em RDIDP em 03/07/1972, conforme documento assinado por Ferri de 02/08/1972. O documento seguinte a constar no processo é um ofício ao reitor, da parte do novo diretor Manuel Nunes Dias para que fossem convalidados os pagamentos do Sr. Sinval Freitas Medina. O diretor esclarece que “a presente solicitação prende-se ao fato da não renovação contratual do interessado, conforme parecer da Comissão Especial desta Unidade, designada pelo colendo CTA e de acordo com os elementos constantes no processo 301/71<sup>1</sup> em nome do interessado. Em fevereiro de 1986, Medina entra com pedido de que seja restabelecida sua condição de professor e contagem de tempo de serviço com base no art. 4, parágrafo 1º da Emenda Constitucional de 22/11/1985. No ofício ao reitor, Medina narra os fatos da época.

A cassação branca verificou-se com a ruptura de seu contrato em 1975, por ocasião da renovação do mesmo, no momento em que o requerente completava o curso de pós-graduação na ECA e se encontrava prestes a defender a dissertação de mestrado. Ao prestar exame de qualificação, em novembro de 1974, o professor Sinval Freitas Medina sofreu reprovação cujo objetivo final era o cancelamento de seu contrato. Levado o caso a todas as instâncias do curso de pós-graduação da Eca, apesar de a qualidade da prova ser unanimemente reconhecida, o

<sup>1</sup> A comissão especial que analisou o pedido de reintegração do professor Medina disse que o processo foi extraviado. Pg. 74 do processo contrato docente.

## A Universidade de São Paulo durante o regime autoritário

### Comissão da Verdade USP

resultado do exame, passados seis meses de gestões, foi homologado pelo órgão competente. Imediatamente, a direção da ECA cancelou o contrato do requerente, medida totalmente injustificada por dois motivos: processavam-se à época renovações de contratos de professores que sequer haviam concluído o curso de pós-graduação (disciplinas); regimentalmente, o requerente teria direito a prestar um segundo exame de qualificação dentro de um prazo regulamentar, ou seja, a reprovação anterior não o eliminara do curso. As motivações políticas do afastamento do requerente causaram grande comoção na ECA, com repercussões sobre a Universidade de São Paulo: três professores do Departamento de Jornalismo e Editoração – Walter Sampaio, Cremilda Medina e Paulo Roberto Leandro – demitiram-se em solidariedade ao professor Sinval Medina [...]. Os alunos deram início a um movimento de paralisação – o primeiro após 1968 a ganhar grandes proporções na Universidade Brasileira – que assumiu dimensões incontroláveis, atingindo praticamente todas as unidades da USP. (fls 69 e 70, processo USP 71.1.19256.1.1 - contrato docente).

Uma comissão constituída pelos professores José Coelho Sobrinho, Tupã Gomes Corrêa e José Carlos Rocha de Carvalho, foi enfaticamente favorável ao pedido de Medina, emendando que Manuel Nunes Dias de quem, “como se sabe, naquela época ou mais recentemente em outras atividades fora da USP, tem-se notícia de ações autoritárias e incompatíveis com a prática democrática” (processo contrato docente p. 74). O diretor Walter Zanini encaminha um parecer ao reitor expressando sua “total concordância com as considerações expendidas” pelo parecerista Dr. Clóvis Garcia, também favorável ao pedido de Medina. O assessor jurídico da USP, Guilherme da Costa Pinto Filho, dá um parecer favorável ao atendimento do pedido, com base no que havia sido decidido no caso de Thomas Farkas. Mas ele menciona a questão do processo 301/71 que havia se extraviado, impedindo a verificação das circunstâncias da não renovação do contrato. O parecerista diz estar baseado no parecer da comissão (Tupã, etc.). Em 18 de junho de 1986, o reitor José Goldemberg defere o pedido de Medina. O professor havia tido seu contrato suspenso quando exercia regime de contratação integral. Naquele momento ele deseja assumir dedicação parcial, dado que tem outros compromissos profissionais. O pedido é aceito e o contrato de trabalho é assinado com data de 03/11/1986, publicado no DO de 05/11/1986. Em um curtíssimo ofício de 04/02/1987, portanto pouco depois de sua readmissão, o professor Medina solicita ao departamento de jornalismo e editoração o desligamento das funções exercidas, “por motivos de ordem estritamente pessoal”. Em 30/06/1987 é lavrado o termo de rescisão contratual. Em 20/09/1996, Medina solicita ao reitor uma declaração de anistiado para que possa pedir aposentadoria especial junto ao ministério do trabalho e previdência social. A assessora jurídica da USP, Nina Beatriz Stocco Ranieri dá parecer favorável ao pedido de Medina. A declaração é publicada no DO em 22/11/1996. Segue outro pedido de Medina para que seus vencimentos à época sejam publicados no DO. Novo parecer favorável.

Em 02/09/1996, Medina dá entrada com o pedido de aposentadoria especial pela condição de anistiado político no ministério do trabalho. Na petição ele afirma que o projeto da Agência Universitária de Notícias era o que motivou sua perseguição. A agência divulgava boletins semanais com 500 cópias dando conta das atividades do campus na USP. O boletim seria isento de censura o que teria causado embates frequentes com a diretoria da escola que o diretor, em tom de ameaça, dizia que o boletim tinha prestígio no Palácio dos Bandeirantes e no comando

## A Universidade de São Paulo durante o regime autoritário

Comissão da Verdade USP

do II Exército. Ele conta que 15 dias antes do exame de qualificação, um membro da banca foi substituído sem qualquer justificativa por um elemento de confiança do diretor. Ele resalta que, embora o ofício do diretor ao reitor falasse em não renovação do contrato de trabalho, o que aconteceu na verdade foi interrupção do contrato vigente que ainda não estava vencido (só expiraria em junho de 1975) e a exoneração foi 15 de abril de 1975. Sobre sua filiação política, ele diz que se identificava na época como marxista, que não tinha envolvimento partidário, mas que tinha afinidade política com os dirigentes do centro acadêmico da escola que eram em sua maioria do PCB. Medina conta que não foi preso, mas que uma viatura da polícia ou do exército ficou durante duas semanas fechando a rua onde ele morava. Na interpretação de Medina, Manuel Nunes Dias era adepto do grupo linha dura da ditadura. Sobre Manuel Nunes Dias:

O diretor biônico era conhecido em toda a Universidade [...] como homem de direita e representante da linha dura. Historiador [...] fizera parte de sua formação acadêmica em Portugal e declarava publicamente sua admiração pelo Salazarismo. Mas as ligações de Nunes com o conservadorismo não ficavam apenas no plano sentimental. Ele também fazia questão de declarar sua condição de capitão de cavalaria (da reserva) e das boas amizades que fizera em seu tempo de caserna com a alta oficialidade do segundo exército. (p. 151)

Medina diz nessa petição que o impacto emocional do afastamento da carreira de professor foi muito grande e que quando pediu a reintegração à universidade, esta foi concedida com um salário muito baixo, fato que teria explicado seu pedido de desligamento. Para ele, a greve da ECA deu força para o reavivamento do movimento estudantil. (processo USP 71.1.19256.1.1 - contrato docente).

### **VI. Fontes Documentais (listar todos os documentos, fontes e depoimentos que embasam as informações acima):**

CHRISPINIANO, José e FIGUEIREDO, Cecília. *A ECA é o principal foco de agitação da USP*. Revista Adusp. Outubro, 2004.

Cancian, Renato. *Movimento estudantil e repressão política: o ato público na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1977) e o destino de uma geração de estudantes*. 2008. 295 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCSO) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, 2008.

MEDINA, Cremilda. Memorial para o concurso de professor titular. ECA-USP, 1993.

Processo USP N 71.1.19256.1.1 (contrato docente)

PROCESSO NA COMISSÃO DE ANISTIA: 16. 2003.01.14932 A SINVAL FREITAS MEDINA Conselheiro Henrique de Almeida Cardoso NUMERAÇÃO 66 (Pauta da 46ª Sessão a ser realizada dia 29.07.2009) [A consultar]